

LAÍS BENEVENUTO DE AZEVEDO
MARISA SILVA AMARAL

CONCERTAÇÃO GLOBAL DO CAPITAL TRANSNACIONAL E O NOVO IMPERIALISMO: UM OLHAR SOBRE AS GEOESTRATÉGIAS AMBIENTAIS NA VIRADA DO MILÊNIO

Recebido em 15/05/2025

Aprovado em 31/07/2025

DOI: 10.69585/2595-6892.2025.1291

CONCERTAÇÃO GLOBAL DO CAPITAL TRANSNACIONAL E O NOVO IMPERIALISMO: UM OLHAR SOBRE AS GEOESTRATÉGIAS AMBIENTAIS NA VIRADA DO MILÊNIO

Resumo

Atualmente, a Amazônia brasileira se apresenta como uma das mais importantes fontes de riqueza de uma economia mundial essencialmente especulativa e em franco escasseamento progressivo de recursos. Dado o contexto financeirizado e alicerçado na acumulação por despossessão que marca o sistema capitalista já há algumas décadas, a região torna-se cenário tanto da intensificação da exploração direta quanto da implementação de um conservacionismo ambiental alinhado aos interesses imperialistas, os quais compreendem também o processo de saque violento do território. Neste artigo investigamos dois movimentos aparentemente opostos, porém complementares, de captura de excedentes baseada na acumulação por despossessão: a) a busca impetuosa – por meio de grandes ONGs conservacionistas internacionais e de inúmeros acordos multilaterais – pela conservação de recursos enquanto reservas biológicas de valor futuro; e b) o recrudescimento da exploração intensiva e extensiva da terra, dos recursos naturais, e, logo, do trabalho. Busca-se demonstrar que, a partir dessa combinação, abre-se espaço, numa economia marcada pela dependência como a nossa, para a investida irrefreada da concertação transnacional em torno do agronegócio sobre a Amazônia, sobre os direitos indígenas, quilombolas e camponeses, sobre as possibilidades de preservação da vida e sobre a classe trabalhadora como um todo.

Palavras-chave: Amazônia; imperialismo; conservacionismo; financeirização; geoestratégias ambientais

LAÍS BENEVENUTO DE AZEVEDO

Professora substituta do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (Ieri-UFU). Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (PPGEO-UFU).

Email: laisbazevedo@UFU.hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1605-1462>

MARISA SILVA AMARAL

Professora associada do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (Ieri-UFU).

Email: marisaamaral@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9548-3038>

Abstract

The Brazilian Amazon represents, nowadays, one of the most important sources of wealth in an essentially speculative global economy, which is experiencing a rapidly depleting resource base. Given the financialized context, rooted in accumulation by dispossession, that has characterized the capitalist system for decades, the region has become a stage for both the intensification of direct exploitation and the implementation of an environmental conservationism aligned with imperialist interests, which also encompasses the process of violent plundering of the territory. In this article, we investigate two apparently opposing, yet complementary, movements of surplus capture based on accumulation by dispossession: a) the impetuous pursuit—through large international conservation NGOs and numerous multilateral agreements—of resource conservation as biological reserves of future value; and b) the resurgence of intensive and extensive exploitation of land, natural resources, and, consequently, labor. The aim is to demonstrate that, based on this combination, space opens up, in an economy marked by dependence like ours, for the unrestrained onslaught of transnational concertation around agribusiness on the Amazon, on indigenous, quilombola and peasant rights, on the possibilities of preserving life and on the working class as a whole.

Keywords: Amazon; Imperialism; Conservationism; Financialization; Environmental geostrategies.

Introdução

Na esteira das transformações desencadeadas pelos processos de financeirização e mundialização do capital que tomam curso sobretudo a partir do último quarto do século XX, a década de 1990 representa a consolidação do movimento de adaptação das economias dependentes à nova ordem neoliberal. Nesse processo, o Brasil se destaca no subcontinente sul-americano ao adotar uma estratégia de inserção econômica internacional baseada fundamentalmente na abertura dos mercados aos fluxos de capital transnacional e no ajuste macroeconômico em consonância com os preceitos disseminados pelas instituições financeiras e organismos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Tudo em nome da “boa saúde econômica”, da “segurança jurídica”, do apelo ao “mercado”, entre outras noções ideológicas sumariamente presentes na narrativa dominante desde então.

Esse mesmo período, que precede a virada do milênio, constitui-se também como momento de rearranjo do bloco no poder em favor de uma hegemonia do capital transnacional, que aqui denominamos concertação global do capital transnacional¹. Aludimos a uma burguesia concretamente transnacionalizada que se organiza no espaço internacional e que opera seu poder sobre a infraestrutura e a superestrutura das relações sociais de produção na etapa financeirizada do capitalismo (Gill, Law, 1989; Harvey, 2004). Logo, a ideia de uma concertação global do capital transnacional diz respeito a um bloco que, sobretudo através dos organismos multilaterais à sua disposição, opera diretamente na regulação de mercados, na definição de políticas macroeconômicas, na alocação geográfica da produção e no controle de recursos no interior dos Estados nacionais (Gill, Law, 1989; Gowan, 2003; Harvey, 2004).

¹ A concepção de capital transnacional baseia-se na caracterização feita por Gill e Law (1989); a de concertação global faz referência à conceituação de “concertação política do agronegócio”, desenvolvida por Pompeia (2020).

Temos em vista, portanto, que a década final do século XX reflete a sustentação de um processo de acumulação de capital financeirizado, fortemente alicerçado na acumulação por despossessão, e a configuração de um novo imperialismo encabeçado pela concertação global do capital transnacional. A partir daí, podemos derivar o movimento de avanço acelerado dos capitais transnacionais sobre novos *fronts* – inexplorados ou reconstruídos – de captura de excedentes, o que implica tanto a desagregação de políticas sociais e a abertura de frentes públicas de investimento ao capital privado quanto o avanço saqueador sobre fronteiras naturais para exploração da terra, dos recursos, do trabalho e para especulação de ativos (Harvey, 2001; 2004).

Desse cenário geral buscaremos depreender, no presente trabalho, o desdobramento de dois movimentos aparentemente opostos, porém complementares, de captura de excedentes baseada na acumulação por despossessão: a) a busca impetuosa pela conservação de recursos enquanto reservas biológicas de valor futuro²; e b) o recrudescimento da exploração intensiva e extensiva da terra, dos recursos naturais, logo, do trabalho. No primeiro caso, destacamos o papel das grandes ONGs conservacionistas internacionais ligadas ao imperialismo e da construção de inúmeros acordos multilaterais para a preservação ambiental com suas implicações diretas para as economias nacionais. No segundo, sobressaem desde os ganhos de produtividade advindos da chamada Revolução Verde a partir dos anos 1970 até o rearranjo das economias dependentes à especialização primário-exportadora³, na onda neoextrativista que toma força a partir dos anos 2000.

² Destacamos aqui os processos ligados à reconfiguração neoextrativista que opera nas históricas e estruturais relações de dependência centro-periferia, dado o escopo do trabalho. No entanto, a captura de excedente e a acumulação de capital baseada na espoliação e exacerbada no capital fictício adquirem frentes no desmonte neoliberal das estruturas estatais industriais e de proteção social e do trabalho, bem como no desenvolvimento geral das forças produtivas, o que inclui os avanços técnico-científico-informacionais, que operam inclusive nos mercados especulativos, como descrito por Santos (2008).

³ A ideia de rearranjo à exportação primária leva em conta a contínua centralidade do modelo primário-exportador para as economias periféricas, que se conforma estruturalmente, dados as esferas de consumo, a subordinação via dívida externa e o imperialismo, como caracteriza Marini (1981). No entanto, compreendemos que as economias periféricas passam por um processo intenso de especialização regressiva ou desindustrialização da pauta de exportação no capitalismo financeirizado, que solidifica o modelo primário-exportador como projeto nacional de crescimento econômico e acrescenta a esfera financeira como organizadora do próprio sistema produtivo.

Em ambas as frentes de análise, nosso objeto se constrói sobre um estudo relacionado à inserção – ou instrumentalização – da Amazônia brasileira nas dinâmicas descritas. Enquadramento analítico que se justifica por uma série de fatores: a centralidade do território amazônico para as disputas geoestratégicas do século XXI; a construção e reconstrução de arcabouços jurídicos nacionais voltados tanto ao conservacionismo esvaziado quanto ao saqueio transnacional; a voracidade com que o avanço do capital se apresenta no território, com uma aplicação sem precedentes do instrumento da violência para tal; e a própria resistência dos movimentos de luta contra-hegemônica que se apresentam como exemplos latentes à organização trabalhadora na atualidade.

Metodologicamente, partimos do materialismo histórico-dialético (histórico-estrutural), com o exame da estrutura/superestrutura, buscando compreender, no contexto da financeirização dependente brasileira, como a expansão do agronegócio e avanço do conservacionismo sobre a Amazônia brasileira se desenvolvem em chave dialética, bem como seus efeitos políticos, econômicos, sociais e ecológicos mais imediatos. Do ponto de vista procedimental, abordaremos a literatura sobre o capitalismo financeirizado em economias dependentes para compreendermos a implantação específica do capital fictício no Brasil; sobre os fenômenos do *onguismo* e do conservacionismo como geoestratégias à expansão do controle imperialista dos *fronts* naturais; e sobre a estruturação do pacto de economia política em torno do agronegócio como braço doméstico da chamada concertação global do capital transnacional. As últimas etapas aqui mencionadas envolvem o acesso a vários sítios virtuais, como os bancos de dados ecológicos do Global Material Flows (para analisarmos o volume de biomassa gerada no Brasil) e do Inpe, Ibama e ICMBio, repositórios oficiais nos quais se registram medidas provisórias, leis, emendas constitucionais e demais documentos de intervenção nas práticas formais relativas à Amazônia, à posse e uso de terras e à exploração de recursos naturais.

Para analisarmos esses fenômenos mais de perto, bem como sua relação com os processos de acirramento das contradições do capital num cenário de

mundialização e financeirização, buscaremos tratar, na primeira seção, da proliferação do fenômeno do *onguismo* no cenário internacional como expressão do surgimento de uma nova geopolítica ambiental que visa a competição interimperialista pelo monopólio da gestão de recursos estratégicos – com destaque para a relação direta entre esse fenômeno e a reconfiguração institucional internacional que embasa juridicamente a orquestração de interesses de classe, aqui denominada concertação global do capital transnacional no território amazônico, com o apoio direto do Estado brasileiro. Na seção seguinte, voltaremos nosso olhar para os fluxos materiais de produção e investimento financeiro ligados ao avanço do grande capital sobre as fronteiras naturais mais cobiçadas, entre as quais elencamos a Amazônia brasileira como principal espaço estratégico à captura de excedentes no atual estágio da acumulação capitalista, dada a predominância de suas reservas de biomassa. Por fim, a título de considerações finais, buscaremos esboçar como a posição historicamente dependente brasileira – e amazônica, no eixo doméstico – favorece o avanço violento do saqueio num território que se converte em reserva de valor futuro e instrumento da regionalização desigual, elementos claros da dinâmica econômica no capitalismo dependente.

I. O fenômeno do *onguismo* como geoestratégia imperialista

Entre as décadas de 1970 e 1990 irrompe uma verdadeira explosão na fundação de Associações Voluntárias, Organizações Não Governamentais (ONGs), Organismos Internacionais (OIs), Tratados e Acordos Multilaterais voltados à proteção ambiental, cujos números ilustram uma tendência geral à conformação de uma nova governança global alinhada a uma geopolítica ambiental específica e voltada ao conservacionismo. Somente entre 1971 e 1990, é possível observarmos um crescimento de mais de 1.000% no número de órgãos ambientais no mundo, que saem de 12 entidades do tipo para 140 num período de 20 anos (McCormick, 1992). Para grupos ambientalistas privados, o crescimento é mais discreto, mas ainda significativo, passando o patamar dos 33% entre 1972 e 1990, e atingindo um número de impressionantes 15 mil fundações dessa

natureza (McCormimick, 1992). Ainda em 1972, a Organização das Nações Unidas (ONU) inaugura seu primeiro programa ambiental – o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) – e, na Nova Zelândia, é fundado o primeiro Partido Verde do mundo. Já na década seguinte, as principais OIs – Banco Mundial, Comunidade Europeia, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – elaboram suas próprias políticas internas voltadas à proteção ambiental e proliferam os Partidos Verdes pelo mundo, com organizações atuantes em pelo menos 14 países (McCormimick, 1992). Os Acordos Internacionais ambientais também se disseminam, atingindo o número de 250 documentos assinados para a proteção do meio ambiente em 1990, o que representa um crescimento de 75% das ratificações desde 1960.

Este quadro nos permite observar o inegável surgimento de uma onda ambientalista no último quarto do século XX, que nos aponta para a década de 1970 como mais que um momento de despertar de uma consciência ambiental global repentina⁴, mas a expressão global de uma nova frente geoestratégica de disputa por controle e gerenciamento de recursos, mercados e influência. Nessa mesma direção, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano que ocorre em Estocolmo em 1972 (a Eco-72) representa o marco jurídico-institucional formal do direito internacional ambiental e da estratégia geopolítica embutida no novo ambientalismo (Camely, 2018; informação verbal, 2023⁵). Nesse momento, prevalece o discurso neomalthusiano⁶ veiculado pelos EUA, juntamente com a proposição do “desenvolvimento zero”⁷ (Camely, 2018;

⁴ Não descartamos aqui o impacto dos movimentos sociais populares nas conquistas por avanços de direitos. Contudo, a grande presença de diversos atores do imperialismo na conformação de um novo movimento ambientalista nos indica um interesse geopolítico vinculado à hegemonia do capital transnacional.

⁵ Fala do professor Gabriel Damasceno na plenária “Financeirização do meio ambiente: o caso dos créditos de carbono”, durante a XV Semana Acadêmica de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia.

⁶ A perspectiva neomalthusiana enfatiza a preocupação com a influência que o crescimento populacional exagerado pode exercer sobre a pobreza e a indisponibilidade de recursos.

⁷ O “desenvolvimento zero” refere-se à ideia de que o modelo de crescimento econômico imparável causa danos ambientais e sociais irreversíveis, tornando imperativa a mudança de paradigma em favor da sustentabilidade. Essa perspectiva gera embates iniciais entre países do centro e da periferia capitalista, mas até a década de 1990 apresenta-se em discurso uníssono.

informação verbal, 2023⁸), o que significa a imputação de responsabilidade pelos danos catastróficos apresentados nos então recentes relatórios climáticos aos países de “terceiro mundo” e ao subdesenvolvimento enquanto categoria em si – e não produto estrutural das relações de produção em nível global.

Observamos, portanto, a apresentação do projeto de freio ao desenvolvimento das forças produtivas dos países periféricos, de desresponsabilização dos atores transnacionais nos processos de exploração dos recursos naturais e do trabalho⁹ nas chamadas cadeias globais de produção e, logo, de interferência direta e indireta das economias centrais para a garantia da conservação da biodiversidade na periferia. Nesse sentido, a crítica ao modelo imperialista conservacionista não implica a exaltação do desenvolvimento capitalista previamente articulado no Brasil através, por exemplo, do nacional-desenvolvimentismo, tendo em vista a manutenção da dependência e, especialmente, da subordinação da classe trabalhadora à opressão burguesa embutida na manutenção das relações capitalistas de produção. A crítica articula-se muito mais ao boicote às possibilidades de construção popular de um modelo de desenvolvimento soberano, que se dá pela ampliação do território de controle do grande capital transnacional sobre as estruturas nacionais, inclusive no que concerne à proteção ambiental, convertida em simples conservação de recursos para valorização futura.

Vale notar também que a Eco-72 não deixa de colocar em destaque o papel essencial da Floresta Amazônica para a mitigação do desequilíbrio climático (informação verbal¹⁰), evidenciando a centralidade da Amazônia como território estratégico para o novo imperialismo – de reserva biológica, valorização

⁸ Fala do professor Gabriel Damasceno na plenária “Financeirização do meio ambiente: o caso dos créditos de carbono”, durante a XV Semana Acadêmica de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia.

⁹ Posição que também tende a prevalecer no âmbito da Organização Mundial do Trabalho (OMT), com única responsabilização dos países fornecedores de matéria-prima e manufaturados de baixo custo a companhias multinacionais e transnacionais pelos constantes abusos aos direitos humanos engendrados pelas cadeias produtivas globalizadas.

¹⁰ Fala do professor Gabriel Damasceno na plenária “Financeirização do meio ambiente: o caso dos créditos de carbono”, durante a XV Semana Acadêmica de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia.

de capital e captura de excedente da renda fundiária e de ativos (Leal, 2010; Delgado, 2012). Tal aspecto se comprova pela grande presença que o capital transnacional e as grandes ONGs ambientalistas ligadas ao imperialismo consolidam nas décadas seguintes na região, pelo fenômeno da estrangeirização de terras que decola no século XXI e pela influência direta das resoluções ambientais internacionais na formulação desde políticas nacionais para a conservação até a modulação das formas de exploração dos recursos amazônicos em consonância com o eixo externo, ou seja, com as diretrizes do bloco no poder (Delgado, 2012; Camely, 2018; Sauer; Oliveira, 2022).

Segundo marco da estratégia geopolítica ambiental, vinte anos mais tarde, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (a Eco-92, também chamada de Rio-92) dá “a largada para que a conscientização ambiental e ecológica entrasse definitivamente na agenda dos cinco continentes” (Barreto, 2009, p. 83). A Rio-92 traz um enfoque maior nos interesses diplomáticos, dando palco ao início de uma suposta síntese ideológica entre as estratégias geopolíticas ambientalistas dos chamados norte e sul globais, uma espécie de caminho do meio que posiciona a conservação ambiental como interesse geral e pontua a responsabilidade do “primeiro mundo” na viabilização desses objetivos¹¹ (Barreto, 2009; Camely, 2018; informação verbal, 2023¹²). É também na Rio-92 que a organização de um mercado de créditos de carbono toma corpo como iniciativa ao cumprimento de metas de proteção e conservação ambiental, o que se relaciona à ideia de “desenvolvimento sustentável” já trabalhada desde a Assembleia

¹¹ Essa suposta síntese ou caminho do meio de fato não se concretiza enquanto balanceamento equitativo dos interesses dos países centrais e periféricos, tendo em vista a progressiva especialização produtiva primário-exportadora das economias dependentes, que muito mais remete à ideia de “desenvolvimento zero” veiculada desde a Eco-72. Também é preciso pontuar que a autoatribuição de responsabilidade dos países centrais pela viabilidade da conservação ambiental não se traduz em freio à superexploração da força de trabalho e dos recursos naturais na periferia pelas empresas transnacionais de origem no “primeiro mundo”, servindo, em verdade, como posicionamento geoestratégico de controle de biodiversidade pelos agentes do imperialismo. Vale observar ainda que essa aparente autorresponsabilização não reconhece a estruturalidade das relações de dependência assentadas no saque, numa chave dialética desenvolvimento/ subdesenvolvimento que se mantém inalterada. Ao contrário, eleva as economias centrais ao compromisso histórico de promoção do desenvolvimento, que mais promove a perpetração ideológica da subalternidade dependente.

¹² Fala do professor Gabriel Damasceno na plenária “Financieirização do meio ambiente: o caso dos créditos de carbono”, durante a XV Semana Acadêmica de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia.

Mundial dos Estados, ou Conferência de Nairóbi, em 1982 (Camely, 2018; informação verbal¹³).

Podemos dizer, portanto, que os vinte anos que separam a Eco-72 e a Rio-92 viabilizam a consolidação da estratégia imperialista para o novo ambientalismo, em que rumos importantes de ação foram definidos multilateralmente. Consolidam-se as ideias de desenvolvimento sustentável (no lugar de “desenvolvimento zero”) e de conservação ambiental com enfoque nas florestas tropicais, bem como a abertura de novos mercados especulativos sobre as metas de preservação. O que, na prática, implica processos de especialização primário-exportadora e aprofundamento da dependência para as economias periféricas, com intensificação da exploração dos recursos naturais e do trabalho, avanço do capital transnacional sobre as fronteiras naturais nacionais e manutenção de bolsões de biodiversidade que representam reserva biológica e de valor futuro, assim como território de valorização de capitais – seja pela renda da terra, pelo monopólio dos recursos, pela especulação de ativos ou do próprio mercado de carbono.

Esses processos ficam patentes, por exemplo, no fato de que, entre 1990 e 1997, mais de 70% dos recursos destinados à preservação ambiental em todo o mundo concentraram-se na delimitação de áreas de proteção ambiental e manejo de recursos naturais, com os restantes 30% divididos entre atividades como pesquisa, fortalecimento de comunidades e políticas públicas (Camely, 2018) — o que demonstra o viés primariamente conservacionista dessas iniciativas, sem apelo de base popular. Ainda dentre as iniciativas de conservação, mais de 60% dos financiamentos foram destinados às florestas tropicais (Camely, 2018). Esses dados nos indicam uma ideia de conservação que, em si, reflete uma relação de valorização de capital que prevê a futura valorização de recursos em escasseamento ou a futura exploração de territórios e de biodiversidade preservados. Tratam dos ciclos biológicos enquanto reserva de matéria-prima, com a possibilidade de “soma zero” no processo de conservação/exploração que envolve os créditos de carbono, sem levar em conta as especificidades ecossistêmicas

¹³ Fala da professora Ana Paula Salviatti na plenária “Financeirização do meio ambiente: o caso dos créditos de carbono”, durante a XV Semana Acadêmica de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia.

locais que não podem ser substituídas pela manutenção temporária de distinto bioma. A concentração de recursos na preservação das florestas tropicais também exprime a mercantilização da natureza. O foco é a máxima preservação de territórios ricos em biodiversidade para a exploração, por exemplo, pela indústria bilionária de biotecnologia, pelo mercado de *commodities*, pela mineração e o agronegócio (Camely, 2018; Malheiro; Michelotti; Porto-Gonçalves, 2020).

2. Desdobramentos internos: a vinculação jurídico-institucional do novo ambientalismo na estrutura política brasileira

No Brasil, essa dinâmica se caracteriza pela implementação de projetos e legislação de proteção ambiental moldados pelos Acordos Multilaterais Ambientais e pelos planos de ação das grandes ONGs imperialistas, como a *United States Agency for International Development* (Usaid) (Camely, 2018). Para ilustrar, a assinatura e ratificação nacional da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) através do Decreto federal n.º 2.519, de 16 de março de 1998, estipula as bases sobre as quais o Brasil se orienta em favor da assinatura de acordos e implementação de legislação referentes à biodiversidade através do tripé da “[...] conservação da diversidade biológica, o uso sustentável da biodiversidade e a repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos [...]” (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 2024, *online*)¹⁴. A Convenção ainda se estabelece sobre a ideia neomalthusiana de que “[...] a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica é [sic] de importância absoluta para atender as necessidades de alimentação, de saúde e de outra natureza da crescente população mundial [...]” (Brasil, 1994).

O texto da lei evoca, portanto, uma ideia de cooperação internacional que se traduz em acumulação por despossessão quando analisamos, por exemplo, a crescente necessidade de material genético advinda da indústria de biotecnologia, o interesse expresso pelo governo estadunidense na conservação

¹⁴ Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-ecossistemas/convencao-sobre-diversidade-biologica>>.

de territórios ricos em biodiversidade genética, e as próprias restrições dos EUA à assinatura da CDB no que diz respeito à transferência de tecnologia, ao patenteamento e ao respeito ao livre-mercado (Usaid, 2005; Camely, 2018). O documento “*Biodiversity Conservation: A Guide For Usaid Staff And Partners*”, da Usaid, ainda cita que os chamados serviços ecossistêmicos¹⁵ da biodiversidade somariam mais de US\$ 33,3 trilhões (Usaid, 2005). Isso significa que os atores estatais e o grande capital transnacional percebem e agem de acordo com a exorbitante lucratividade fornecida direta ou indiretamente pelos estoques genéticos e, logo, pela preservação dos ciclos biológicos, em especial nas florestas tropicais.

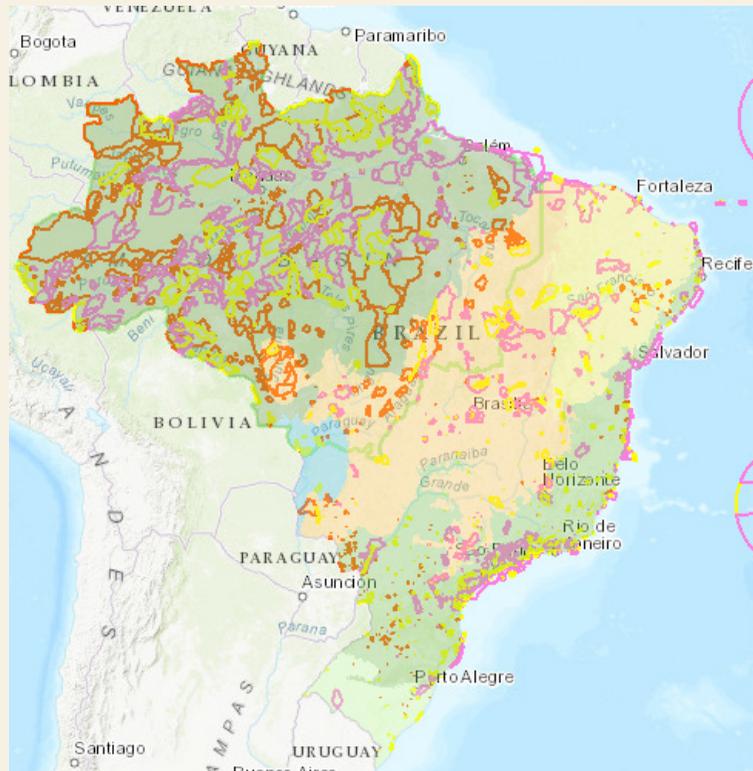
A Amazônia, que, segundo Camely (2018), constitui de 30 a 40% das florestas tropicais do mundo e estoca por volta de 33% de todo o material genético do planeta, torna-se, como demonstra Leal (2010), território central para a acumulação de capital no capitalismo financeirizado, principalmente quando se leva em conta a progressiva vulnerabilização dos ciclos biológicos planetários, já demonstrada pelos relatórios climáticos, pelo menos desde a década de 1970. Nesse sentido, não impressiona o fato de que as décadas de 1970, 1980 e 1990 concentram o estabelecimento das políticas de cunho conservacionista que embasam o aparato de proteção ambiental da Amazônia brasileira constituído a partir dos grandes Acordos Multilaterais Ambientais até aqui tratados (Camely, 2018). A aplicação nacional dessa estratégia geopolítica ambiental para a Amazônia serve ao novo padrão industrial biotecnológico e funciona a partir do estabelecimento de zonas de exploração intensiva e extensiva de recursos e de zonas conservacionistas para valorização futura (Camely, 2018).

Essas últimas concentram-se em grandes faixas de floresta contínua, em forma de áreas protegidas, entre Unidades de Conservação (UCs) federais e estaduais, Terras Indígenas (TIs) e reservas militares que, já em 2007,

¹⁵ A ideia de serviços ecossistêmicos se relaciona ao apoio ecossistêmico à proteção e promoção da vida na Terra, incluindo a manutenção dos ciclos da água e dos nutrientes, da fertilidade do solo, da proteção contra erosão, da regulação climática, da polinização, que permitem, por exemplo, a produtividade da agricultura (Usaid, 2005).

recobriam mais de 43% da Amazônia Legal, dando espaço para o avanço da fronteira verde do Centro-oeste até a Amazônia ocidental (Camely, 2018; Murer; Futada, 2024).

Figura 1: Mapa do Brasil para Unidades de Conservação estaduais, federais, e Terras Indígenas por bioma, 2024



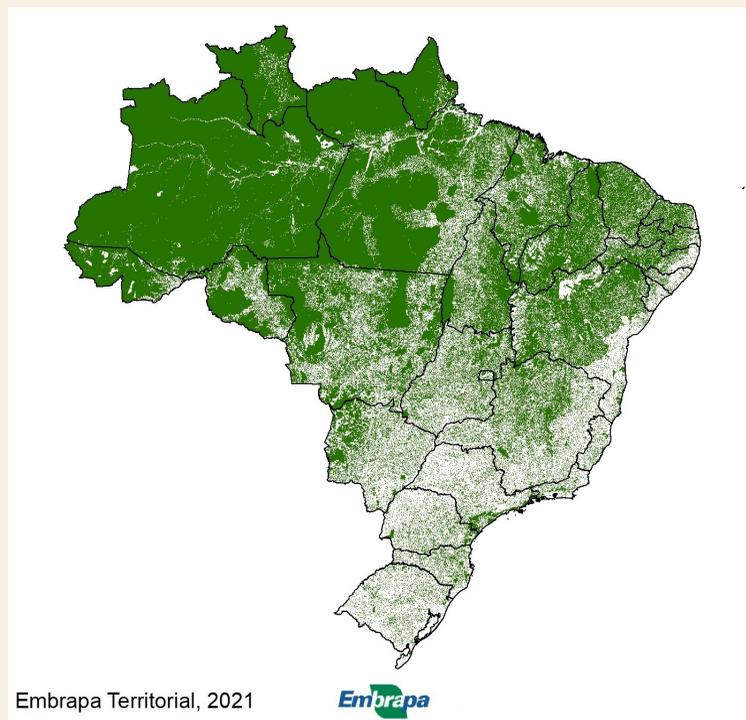
Fonte: Socioambiental, 2024, online.¹⁶

No mapa acima podemos observar a totalidade das TIs, das UCs federais e estaduais – respectivamente contornadas em vermelho, amarelo e rosa – demarcadas no Brasil em 2024. É perceptível a grande presença, em número e em extensão, de áreas protegidas no território da Amazônia Legal. Das 336 UCs federais brasileiras, que recobrem uma área de mais

¹⁶ Disponível em: <<https://mapa.eco.br/v1/?lang=pt-br&layers%5B%5D=jurisdicao.amlegal&layers%5B%5D=ambiente.biomas&layers%5B%5D=ucs.limitsEstaduais&layers%5B%5D=ucs.limitsFederais&layers%5B%5D=tis.limits&layers%5B%5D=desmatamento.0&baseLayer=base.topographic¢er%5B%5D=-11.049038346537094¢er%5B%5D=-55.98632812500001&zoom=4&minZoom=4&maxZoom=15>>.

de 166 milhões de hectares e correspondem a 19% do território nacional, 148 localizam-se na Amazônia Legal, recobrando mais de 66 milhões de hectares, o que correspondente a 7,5% do território nacional e 13,3% do território da própria região amazônica (Murer; Futada, 2024). Somam-se a estas mais 194 UCs estaduais na Amazônia Legal, que recobrem uma área de mais de 63 milhões de hectares ou 12,6% do território amazônico (Instituto Socioambiental, 2024). A predominância de TIs também é absoluta na Amazônia Legal, com uma concentração de 442 TIs demarcadas no território amazônico, que recobrem uma área de 115 milhões de hectares e correspondem a 97% da área total de TIs demarcadas em todo o território nacional (Terras Indígenas no Brasil, 2024).

Figura 2: Áreas dedicadas à vegetação nativa no Brasil por Unidade Federativa, 2021



Fonte: Embrapa territorial, 2021, *online*.¹⁷

¹⁷ Disponível em: <<https://www.embrapa.br/car-2021/resultados>>.

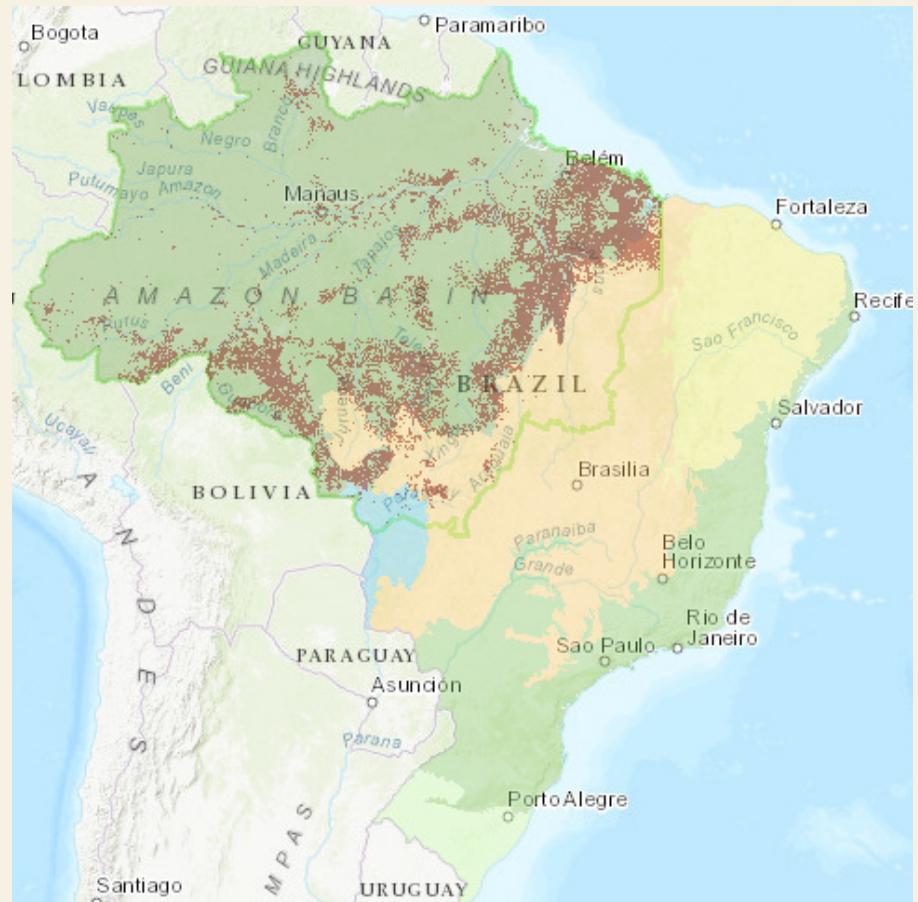
Pelo mapa apresentado na Figura 2, percebemos não apenas a alta concentração de áreas protegidas na Amazônia, mas também o nítido avanço da fronteira agrícola do Centro-oeste à Amazônia oriental, contrastando com as áreas de vegetação nativa conservada. O estado do Mato Grosso, por exemplo, apresenta menor concentração proporcional de território sob conservação ambiental, ao passo que é considerado a maior frente agrícola da região e uma das maiores do Brasil. O quadro geral da concentração fundiária brasileira e a distribuição territorial dos imóveis rurais ilustram essa tendência:

A desigualdade também se destaca nos índices que revelam a área ocupada pelo estrato dos 10% maiores imóveis contrapostos à área ocupada pelo estrato dos 90% menores imóveis. O estrato dos 10% maiores imóveis ocupa 73% da área de uso privado do Brasil, enquanto o estrato dos restantes 90% menores imóveis ocupa somente 27% da área. [...] Ao utilizar a malha fundiária é possível não só quantificar, mas também localizar as situações de desigualdade. Por exemplo, os 15.686 maiores imóveis do país (0,3% do total de imóveis) detêm 25% de toda a terra agrícola do Brasil e se concentram principalmente no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e na região do Matopiba. Para alcançar outros 25% da área total é necessário somar as áreas dos 3.847.937 menores (77% do total de imóveis), com maior presença destes nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Pelos dados do Censo 2017 o 1% dos maiores estabelecimentos rurais ocupa 47,3% da área, ao passo que os 50% menores ocupam somente 2,1%. (Pinto et al, 2020, p. 10)

Para além da extrema concentração de terras e predominância do latifúndio monocultor, isso significa que, mesmo dentro do território amazônico, a tendência à conservação não é homogênea e se localiza primordialmente afastada da fronteira agrícola. Em resumo, a Amazônia brasileira possui mais de 38% de seu território sob proteção permanente total ou uso sustentável. Além disso, do total das áreas protegidas no Brasil, cerca de 95% concentram-se na Amazônia Legal (Camely, 2018; Murer; Futada, 2024). Ainda, 82% do total das áreas protegidas do território nacional localizam-se especificamente na região Norte, especialmente em espaços remotos ou de menor

potencial agrícola, seja por falta de infraestrutura, logística ou variáveis biológicas (Murer; Futada, 2024). Por outro lado, a faixa oriental amazônica acumula mais desflorestamento em proporção ao território movido pelas necessidades do capital ligado às *commodities* agrícolas.

Figura 3: Avanço do desmatamento no ano, Brasil, 2022



Fonte: Socioambiental, 2024 2021, *online*.¹⁸

Ainda nessa direção, ao observarmos o avanço do desmatamento na Amazônia Legal em 2022, percebemos novamente a predominância do avanço da fronteira verde pela faixa ocidental, desde o Centro-oeste, o que corrobora a

¹⁸ Disponível em: <<https://www.embrapa.br/car-2021/resultados>>.

tendência do capital à divisão da região amazônica em zonas de exploração intensa e áreas de reserva de valor, via proteção ambiental.¹⁹

Vale notar ainda que a década de 1990 representa momento de expressivo avanço na demarcação dessas áreas de conservação na Amazônia Legal, que totalizavam pouco mais de 100 mil km² de áreas de Proteção Integral até 1985 e atingem o patamar de mais de 1,2 milhões de km² entre áreas de Proteção Integral e Uso Sustentável nos níveis federal e estadual até 2010 (Veríssimo *et al.*, 2011; Camely, 2018). A demarcação de áreas protegidas se institucionaliza com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc), em 18 de julho de 2000, e integra, em 2002, o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e gerenciado pela *World Wide Fund for Nature* (WWF) em parceria com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), Banco Mundial (BM), *KfW Bankengruppe*, entre outros (Camely, 2018; WWF, 2015). O Arpa atua numa área total de mais de 59,2 milhões de hectares na Amazônia Legal, o equivalente a 114 UCs ou quase 15% do território amazônico brasileiro (WWF, 2015). O projeto demonstra o poder de gerência das grandes ONGs sobre os bens naturais nacionais e a tendência à financeirização da proteção ambiental, representada pela presença de diversos grupos financeiros que visam a sustentabilidade como mais uma frente de lucratividade e especulação.

A verdadeira explosão no número de ONGs nas décadas de 1970 a 1990, sua vinculação a organismos multilaterais agentes do imperialismo, como o BM e a *Central Intelligence Agency* (CIA), e a concentração massiva de recursos em poucas grandes organizações levam à interpretação de que o

¹⁹ Até 2008, as áreas de desflorestamento eram mais generalizadas por toda a Amazônia Legal, apesar da [desde então presente] concentração da degradação na faixa ocidental. O *boom* das *commodities* explica, em parte, o avanço momentâneo mais acelerado do desmatamento na região. O que analisamos, no entanto, é uma tendência de configuração do capital nos termos de áreas de exploração e áreas protegidas para a valorização de capital, que se assentam à medida que a implementação do projeto neoextrativista brasileiro se estabelece e posiciona o Brasil nos fluxos globais de capitais como plataforma de valorização financeira muito ancorada no mercado de *commodities*.

fenômeno do *onguismo* e do novo ambientalismo está fortemente conectado à disseminação da ideologia neoliberal, desarticulação e despolitização de movimentos de base popular, substituição do Estado na provisão de políticas de desenvolvimento, além do acesso a saberes tradicionais e à gestão da biodiversidade (Camely, 2018). Sua atuação já sistematizada no século XXI garante a coerção e o consentimento do bloco no poder em âmbito mundial e a continuada expansão da acumulação de capital sobre bases essencialmente espoliativas. Ou seja, num primeiro momento, o terceiro setor, exacerbado no fenômeno do *onguismo*, funciona como instrumento de “nova governabilidade” num contexto de “Estado mínimo”, neoliberalismo e financeirização (Camely, 2018). Fornece serviço gratuito ou de baixo custo para o atendimento paliativo de urgências sociais (em lugar de políticas públicas); espaço de sociabilidade despolitizada para uma classe trabalhadora progressivamente dispersa em termos de organização de classe; além de atuar enquanto “educador” de governos e populações frente às reconfigurações do capitalismo (Camely, 2018). Em última análise, constitui braço do bloco no poder na conformação da sociedade civil, em sua dimensão normativo-ideológica, engendrando ideias relacionadas à excessiva burocratização do Estado, à ineficiência do setor público, à necessidade de manutenção de ambiente seguro ao investimento privado²⁰, implementando a caridade individual no lugar da organização popular e, com tudo isso, fortalecendo a retórica do conservacionismo no que concerne às organizações ambientalistas (Gill; Law, 1989; Camely, 2018).

Não podemos perder de vista também o contexto econômico que cerca esse momento de conformação de um novo ambientalismo, concomitante ao processo de financeirização da acumulação, que dimensiona a materialidade desses instrumentos de estratégia geopolítica. O choque do petróleo, de 1973, apesar de constituir etapa importante na construção do que Gowan (2003) denomina Regime do Dólar Wall Street, desencadeia queda das taxas

²⁰ Retórica rapidamente incorporada pela concertação do agronegócio brasileiro e utilizada até a atualidade, como apontado por Pompeia (2018).

de lucro nas economias centrais, além de demonstrar, a partir da atuação da Opep, as possibilidades de monopolização/oligopolização da produção de *commodities* – especialmente as não-renováveis –, com consequências possivelmente desastrosas para a manutenção das relações de dependência centro-periferia, principalmente no que se refere ao intercâmbio desigual (Marini, 1981; informação verbal²¹). Ou seja, inicia-se uma ação imperialista coordenada de desarticulação das economias periféricas, fomento à especialização primário-exportadora e formação de uma nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT) que aprofunda a subjugação dessas economias via comércio internacional e sistema financeiro. Nesse sentido, a intensificação da exploração extrativista e a ampliação dos territórios incorporados às cadeias globais de produção e comercialização de *commodities* conformam parte importante da dimensão material desse processo de reconfiguração produtiva mundial em torno do capitalismo financeirizado. De modo que se faz necessário voltarmos nossa atenção a aspectos relacionados à extração e emprego de recursos, no que se convencionou chamar de processo de reestruturação produtiva na atual etapa de desenvolvimento do modo de produção capitalista.

3. Dinâmicas da reconfiguração produtiva pós-1970

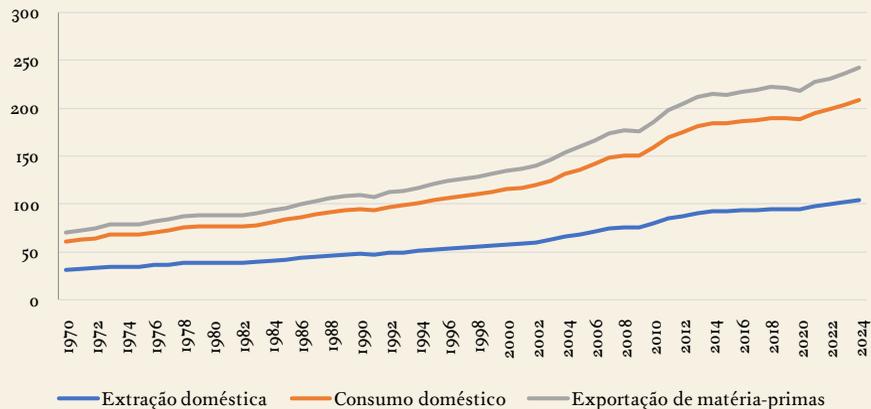
Segundo os dados reunidos pelo Painel Internacional de Recursos, iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, entre 1970 e 2024 a extração doméstica²² global de matérias-primas sofreu um aumento de 235%, atingindo o patamar de 104 bilhões de toneladas (Unep IRP *Global Material Flows Database*, 2024). Nesse mesmo período o consumo material

²¹ Fala da professora Ana Paula Salviatti na plenária “Financeirização do meio ambiente: o caso dos créditos de carbono”, durante a XV Semana Acadêmica de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia.

²² A categoria “extração doméstica” refere-se ao indicador de análise “*Domestic extraction (DE)*” da base de dados do *Global Material Flows*. “A extração doméstica (DE) compreende todas as matérias-primas bióticas e abióticas que são extraídas do ambiente doméstico e posteriormente utilizadas nos processos de produção” (Material Flows, 2018, *online*, tradução nossa).

doméstico²³ aumenta em 74,08 bilhões de toneladas, equivalente a um crescimento de 243%, enquanto as exportações equivalentes de matérias-primas²⁴ atingem o volume de 24,4 bilhões de toneladas, referente a um aumento de 263% (Unep IRP *Global Material Flows Database*, 2024).

Gráfico 1: Tendência mundial de extração doméstica, consumo doméstico e exportação equivalente de matérias-primas, 1970-2024



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Unep IRP *Global Material Flows Database*.²⁵

O crescimento da extração de matérias-primas é quase totalmente contínuo em todo o período analisado, com aceleração mais acentuada a partir de 2003. A exportação de matérias-primas e o consumo doméstico em nível mundial crescem em ritmo ainda mais acelerado, especialmente de 2000 em diante, porém com maiores flutuações, decorrentes de conjunturas de crise, como podemos observar em 1991, 2008 e 2020. Esse crescimento do consumo,

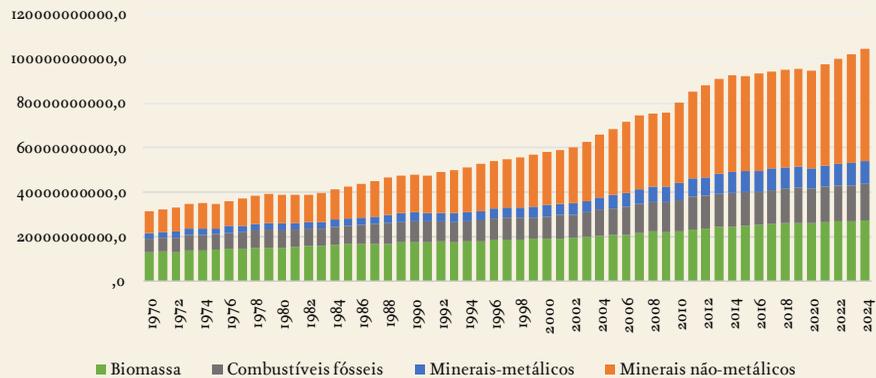
²³ A categoria “consumo material doméstico” refere-se ao indicador de análise “*Domestic Material Consumption (DMC)*” da base de dados do *Global Material Flows*. “O Consumo Material Doméstico (DMC) mede a quantidade total de matéria usada diretamente dentro de um sistema econômico. O DMC é igual à soma da extração interna e das importações menos as exportações” (Material Flows, 2018, online, tradução nossa).

²⁴ A categoria “exportações equivalentes de matérias-primas” refere-se ao indicador de análise “*Raw Material Equivalents of Exports (EXP-RME)*” da base de dados do *Global Material Flows*. “As exportações equivalentes de matérias-primas (EXRME) representam a quantidade total de extração de matéria-prima – tanto na economia nacional como em países estrangeiros – necessária para produzir as exportações. As exportações são expressas em Equivalentes de Matéria-Prima (RME)” (Material Flows, 2018, online, tradução nossa).

²⁵ Disponível em: <[https://unep-irp.fineprint.global/mfa/3?flowTypes\[\]=DE&flowTypes\[\]=DMC&perPage=10&orderBy=flowCode&orderDir=asc](https://unep-irp.fineprint.global/mfa/3?flowTypes[]=DE&flowTypes[]=DMC&perPage=10&orderBy=flowCode&orderDir=asc)>.

extração e exportação de matérias-primas se dá em todas as principais categorias de *commodities*, seja biomassa, minerais metálicos, minerais não-metálicos ou combustíveis fósseis, com destaque para os dois últimos.

Gráfico 2: Extração doméstica mundial de matérias-primas por grupo em bilhões de toneladas, 1970-2024



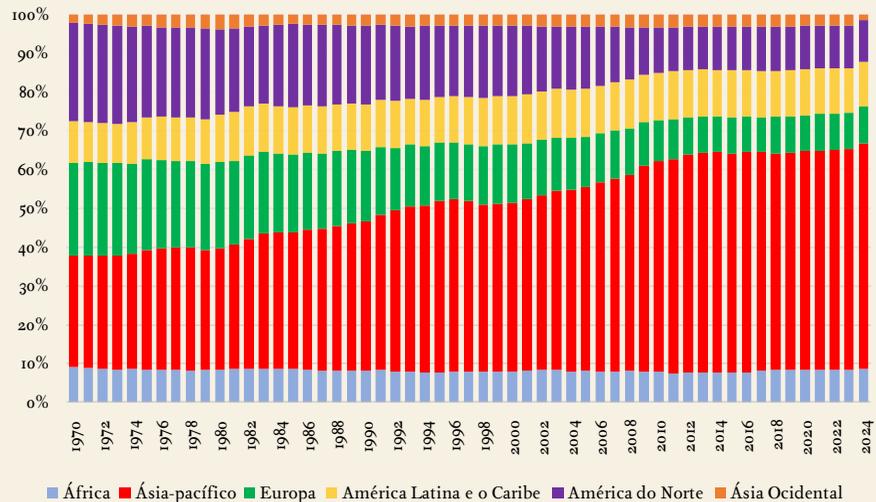
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Unep IRP *Global Material Flows Database*.²⁶

Nesse período, os minerais não-metálicos relacionados à indústria da construção civil lideram o incremento de extração com um aumento de mais de 429% entre 1970 e 2024, seguido de minerais metálicos e combustíveis fósseis, com um incremento de 300% e 163%, respectivamente, no mesmo período (Material Flows, 2024a). A tendência ao aumento da extração desses grupos de matérias-primas não-renováveis também se intensifica após 1990 e com ainda mais força após 2000. Isso indica a construção de um crescente aporte infraestrutural e energético, especialmente nas economias periféricas, para a instalação de atividades ligadas às cadeias globais de produção com maior robustez da capacidade produtiva mundial. A extração de biomassa – único grupo de matérias-primas renováveis entre as analisadas – cresce em 114% de 1970 a 2024, impulsionada, especialmente, pela mecanização/industrialização da agricultura, pela crescente demanda por alimentos e insumos e pela produção energética baseada em matéria orgânica (Material Flows, 2024a).

²⁶ Disponível em: <[https://unep-irp.fineprint.global/mfa13?flowTypes\[\]=DE&flowTypes\[\]=DMC&perPage=10&orderBy=flowCode&orderDir=asc](https://unep-irp.fineprint.global/mfa13?flowTypes[]=DE&flowTypes[]=DMC&perPage=10&orderBy=flowCode&orderDir=asc)>.

Ainda nesse sentido, é importante notar a reversão na tendência de extração de matérias-primas entre países centrais e periféricos. No período pós-1970 é observável uma crescente participação das chamadas economias emergentes no volume total de extração de matérias-primas mundialmente, com o concomitante arrefecimento relativo da participação das economias desenvolvidas nesse processo.

Gráfico 3: Participação na extração doméstica mundial de matérias-primas por região, em porcentagem, 1970-2024



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Unep IRP *Global Material Flows Database*.²⁷

A participação da Ásia como um todo cresce extraordinariamente no total global da extração de matérias-primas no período analisado, de modo que, em 2024, o continente sozinho é responsável por 60% das matérias-primas extraídas mundialmente²⁸. A tendência de crescimento se intensifica, uma vez mais, a partir da virada do milênio, liderada pela extração de minerais metálicos e não-metálicos relacionados à industrialização massiva de economias como a China e a Índia (Material Flows,

²⁷ Disponível em: <[https://unep-irp.fineprint.global/mfa13?flowTypes\[\]=DE&flowTypes\[\]=DMC&perPage=10&orderBy=flowCode&orderDir=asc](https://unep-irp.fineprint.global/mfa13?flowTypes[]=DE&flowTypes[]=DMC&perPage=10&orderBy=flowCode&orderDir=asc)>.

²⁸ Desses 60%, metade é de responsabilidade exclusivamente da economia chinesa, que detém 30% das extrações globais de matérias-primas (Material Flows, 2024).

2024a). Ao mesmo tempo, regiões como a América Latina ou o continente africano sofrem moderado crescimento ou estabilidade quanto à porcentagem de participação nas extrações de matérias-primas globalmente, porém com aumento substancial de seus respectivos volumes de extração doméstica²⁹ (Material Flows, 2024a).

Por outro lado, a participação da Europa e da América do Norte³⁰ na extração de matérias-primas cai pela metade no período, com ambas as regiões saindo do patamar de aproximadamente 20% de participação na extração global em 1970 para menos de 10% em 2024³¹ (Material Flows, 2024b). Esse declínio se dá especialmente em razão da dispersão geográfica da produção industrial dessas regiões, bem como da substituição da extração doméstica pela importação de produtos básicos e semielaborados (Material Flows, 2024b). De forma que o aumento do volume de extração doméstica da América Latina e da África reflete o suprimento das necessidades de insumos para a produção industrial globalizada mais do que para atender ao crescimento da demanda interna (Material Flows, 2024b).

O que observamos, portanto, é uma reconfiguração produtiva e dos fluxos de capitais em torno da nova DIT que emerge tanto do processo de financeirização quanto dos avanços técnicos informacionais e científicos. Esses últimos impulsionados pela ampliação sem precedentes do volume de capital acumulado em decorrência da expansão do capital fictício na economia internacional, que força a abertura de novas frentes produtivas ao capital privado nas economias periféricas, além do papel central do crescimento da economia chinesa. No Brasil, esses movimentos desencadeiam

²⁹ O continente africano passa da extração de 2,42 bilhões de toneladas de matéria-prima em 1970 para 8,36 bilhões de toneladas em 2024; enquanto a América Latina e o Caribe saem do patamar de 2,86 bilhões de toneladas de matérias-primas extraídas em 1970 para 11,23 bilhões de toneladas em 2024, segundo dados do Unep IRP *Global Material Flows Database* (2024).

³⁰ Na presente análise, o México não é incluído na região denominada “América do Norte”.

³¹ Vale notar que, de 2010 a 2024, a participação global na extração de matérias-primas da América do Norte se estabiliza no patamar dos 10%, com leve crescimento, muito devido à crescente participação dos EUA na produção e exportação de biocombustíveis.

uma reconfiguração nacional em torno do neoextrativismo como base para que o país emergja enquanto ator ativo nos fluxos financeirizados de capital.

Da década de 1990 em diante, o Brasil ativamente se posiciona como plataforma de valorização financeira, através de políticas de sobrevalorização da moeda, juros altos e desvalorização de ativos para a atração de capitais estrangeiros (Paulani, 2012). As políticas de desvalorização de ativos combinadas com as demais medidas liberalizantes postas em prática, especialmente nos governos de Fernando Henrique Cardoso, impulsionam a concentração de terras e capitais na agricultura e o desenvolvimento de um setor primário voltado para os mercados de ativos (Delgado, 2005).

Nesse momento, o Brasil consegue começar a ingressar ativamente nos já robustos mercados financeiros internacionais, ao passo que os formuladores de política econômica implementam medidas de estabilização monetária e resolução da dívida externa, que se dá sobretudo via formação de reservas e atração de divisas (Paulani, 2012). É claro que, no contexto político-econômico do período, as condições dos credores e organismos financeiros multilaterais consistem em pacotes de medidas neoliberais, que envolviam a abertura financeira da economia brasileira e dos mercados de títulos públicos e privados nacionais à securitização dos débitos, e a liberalização de barreiras ao fluxo transnacional de capitais (Paulani, 2012) — acusando novamente a formação de uma concertação global do capital transnacional, que atua diretamente na subjugação das economias nacionais ao projeto do capital rentista mundialmente conformado. É claro também que esse movimento encontra repercussão doméstica junto às próprias burguesias nacionais, que enxergam novas possibilidades de acumulação de capital pelo rentismo e, como no caso brasileiro, da captura de renda extraordinária da terra e dos recursos naturais, o que explica, em grande medida, a estratégia primário-exportadora estabelecida desde então (Harvey, 2004; Delgado, 2012).

Todavia, o breve período entre 1994 e 1999 será marcado pela queda dos investimentos estatais no setor primário, em razão do grande afluxo de capitais estrangeiros que cruzam a fronteira nacional fortemente liberalizada

aos investimentos financeiros externos (Delgado, 2012; Paulani, 2012). A estratégia da valorização cambial e manutenção de altas taxas de juros permite a inserção ativa da economia brasileira nos mercados financeiros e garante a atração de divisas para uma economia que se converte em importante plataforma de valorização fictícia (Paulani, 2012). Essa postura se mantém até a nova crise cambial de 1999, quando o investimento no setor primário se converte novamente em fator interessante.³²

A estabilização monetária também envolvia a promoção de um ambiente seguro ao investimento. Para tal, passam-se a oferecer vantagens extraordinárias a esse tipo de operação, como a isenção tributária a ganhos financeiros de não residentes, cortes de gastos públicos via reforma previdenciária, além de medidas em paralelo, como as privatizações, o controle fiscal com vistas a gerar superávits primários e a elevação das taxas de juros, que visavam igualmente a concessão de vantagens às aplicações rentistas estrangeiras (Paulani, 2012). O principal objetivo era a atração de divisas para a manutenção das reservas que financiavam a sobrevalorização do real. É nesse ponto em especial que se desenvolve a estratégia de uma economia do agronegócio.

O segundo governo FHC é pautado pela retomada da estratégia de superávit na balança comercial através da exportação de produtos básicos e semielaborados para, assim, suprir-se a perda de reservas internacionais – em movimento contrário ao período anterior, que contava com o desmonte das políticas de fomento ao setor primário (Delgado, 2012). Inicia-se aí a construção das bases de uma iniciativa de “relançamento do agronegócio”, com investimento em infraestrutura territorial, aporte de pesquisa pública voltada para o setor agrícola em parceria com grandes multinacionais, afrouxamento da regulamentação do mercado de terras, aumento da

³² A crise cambial de 1999 repercutiu na adoção do câmbio flutuante, das metas de inflação e de ainda maior austeridade nas políticas monetária e fiscal. A economia permanecia dependente das reservas externas pelos elevados juros que se mantinham e pelo déficit nas transações correntes, em especial na conta “Serviços” (Paulani, 2012). Esse inerente desequilíbrio externo, fruto da posição estruturalmente dependente da economia brasileira no modo de produção capitalista, sedimentará a adoção de um pacto público-privado de economia política em torno da promoção do agronegócio brasileiro. Todavia, a condição estruturalmente conformada de desequilíbrio externo se mostrará irresolúvel por ajustes conjunturais.

competitividade do setor no comércio internacional via fim da sobrevalorização do real e retomada do crédito aos planos de safra (Delgado, 2012). Movimento que encontra aceitação por parte do mercado mundial, com ótimos resultados para a exportação sucroalcooleira, de carne bovina e de frango, soja e milho (Delgado, 2012).

O que se observa é um processo de queda no rendimento da terra e dos ativos, que, em primeiro momento, parece promover um movimento de redistribuição fundiária ou reforma agrária propulsionado pelo mercado, sem iniciativa estatal, aos moldes neoliberais (Delgado, 2005). Contudo, os pequenos produtores logo se veem incapazes de manter a propriedade da terra num momento de recessão e queda acentuada do preço das *commodities*, de modo que os grandes latifundiários logram se apossar de ainda maiores propriedades a baixos preços e receberem compensação do governo por suas terras improdutivas num mercado secundário especulativo sobre a terra (Delgado, 2005; 2012).

A nova onda de concentração de terras descamba em mais conflitos fundiários na região amazônica, palco de alguns dos maiores atentados aos direitos humanos perpetrados contra defensores dos direitos à terra: os povos tradicionais, comunidades extrativistas, ambientalistas e camponeses. Situação que desemboca em instrumentalização da polícia militar para a repressão dos conflitos no campo e aos movimentos de reivindicação de reforma agrária e de função social da terra (Marques, 2019). Fica perceptível, em meio a um clima de modernização, globalização e democracia, a aplicação do aparato de violência como estratégia de manutenção do capital.

Enquanto isso, no cenário externo, o Brasil passa a liderar os debates em torno da proteção ambiental e a Amazônia torna-se pauta central na agenda de política externa do governo FHC (Superti; Porto; Martins, 2011). Essa nova perspectiva estratégica sobre a região amazônica integra o movimento global de conservação de recursos e territórios para a valorização futura, além de implicar importantes ganhos de “credibilidade” para o país, em um cenário no qual as economias nacionais passam a depender muito mais

das flutuações da bolsa de valores do que simplesmente de sua balança comercial, como demonstra Gowan (2003). Tendo em vista a estratégia de inserção ativa no capitalismo financeirizado empenhada por FHC (Paulani, 2012), movimentos em favor das boas relações com o chamado norte global e com as grandes instituições e organismos multilaterais e financeiros tornam-se essenciais para a atração de capitais.

Nessa mesma esteira, os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (Enid) e o projeto da Integração das Infraestruturas Regionais Sul-americanas (Iirsa) atuam para impulsionar a integração amazônica aos fluxos mundializados de capital. As duas iniciativas visavam a construção de massivo aporte nacional e intrarregional de infraestrutura e logística que permitisse a integração dos mercados sul-americanos e facilitasse o escoamento da produção de *commodities* e mercadorias produzidas na Zona Franca de Manaus (ZFM), bem como a exploração extrativista dos recursos naturais biogenéticos, energéticos e minerais (Superti; Porto; Martins, 2011). A Iirsa também pretendia maior inserção regional sul-americana na economia internacional, pela lógica de blocos³³, via ampliação do volume e relevância dos mercados regionais e possível atração de investimentos para a implementação dos projetos infraestruturais e logísticos.

Observamos aqui, portanto, o início da construção de um projeto neoextrativista brasileiro, calcado na ideia de parcerias público-privadas – primariamente de investimento estatal – na implementação de novas frentes de acumulação de capitais, dentro da lógica financeirizada de especulação sobre bases produtivas. Desta forma, é perceptível que o Estado ainda primava por subsidiar a grande produção, o que implica não apenas a manutenção como também a ampliação da estrutura latifundiária no período subsequente (Delgado, 2005):

Recorrendo aos dados do IBGE, em 1960 o total de pequenos proprietários paraenses (aqueles com menos de 100 hectares) concentravam em suas

³³ Sendo o bloco sul-americano liderado pelo Brasil, enquanto ator subimperialista.

mãos 25,6% da área do estado, enquanto que os grandes proprietários (com mais de mil hectares – apenas 581 propriedades) dispunham de 46,4% do território estadual. Em 1980 as pequenas propriedades dispunham de 20,7% da área paraense, enquanto que os proprietários com mais de mil hectares concentravam 57,5% das terras – entre estes, apenas 199 propriedades dispunham de 35,7% da área total do Pará, demonstrando que houve uma concentração ainda mais acentuada nas grandes propriedades. Em 1995, um total de 50,9% do território paraense estava concentrado em apenas 1,1% das propriedades do estado (Marques, 2019, p. 179-180).

A reconfiguração da estratégia macroeconômica brasileira pela promoção da economia do agronegócio – enquanto expressão da junção entre grande capital industrial, financeiro e latifundiário ancorados no subsídio estatal – adquire novamente papel central no equilíbrio da balança comercial (Delgado, 2005; 2012). É claro que os dividendos são redirecionados ao setor primário, via financiamento estatal, ou ao exterior, em forma de remessas destinadas à amortização da dívida externa, de maneira que a economia do agronegócio não gera efeito multiplicador domesticamente (Delgado, 2005). Os principais motivos para isso são a baixa geração de emprego, dada a alta intensidade tecnológica do setor modernizado, a restrição da demanda interna em prol do superávit da balança comercial e a expansão de terras improdutivas (Delgado, 2005), o que demonstra o apoio direto do Estado brasileiro a um modelo econômico calcado no setor primário capital-intensivo e concentrado, bem como à derradeira submissão dos setores produtivos às finanças no atual estágio do capitalismo.

Preza-se pela geração máxima do lucro, pela realização acelerada de capital, que não implica a promoção de qualidade de vida para a classe trabalhadora. É interessante percebermos aqui que a situação de superexploração da força de trabalho permanece na periferia, mesmo que com dinâmicas alteradas. É fato que as atividades extrativas se modernizam a ponto de se desenvolverem em indústria extrativa, e que o agronegócio se configura em termos de complexos agroindustriais. Todavia, a precarização do trabalho nesses ramos de atividade, aliada à baixa geração de empregos e à remessa

acentuada de valor para o exterior que o setor modernizado propicia, estimula a compressão dos salários gerais e um inflado setor de serviços, que pressiona o poder de compra e os direitos trabalhistas adquiridos no meio urbano ou rural (Marini, 1981; Delgado, 2005; Svampa, 2019). Para os trabalhadores do campo, povos e comunidades tradicionais e sem-terra a situação é ainda mais grave e violenta.

O vácuo jurídico-administrativo em relação às políticas fundiárias perpetrado por uma aplicação distorcida de aparentes avanços legislativos em favor da reforma agrária não assegura a função social da terra, constitucionalmente estabelecida desde 1988 (Delgado, 2005). A falta de fiscalização e de aplicação efetiva dos pressupostos legais citados permite a expansão dos latifúndios, o que é facilmente comprovado pelas estatísticas: em 2003, mais de 34% das terras tituladas públicas ou privadas configuravam-se como improdutivas ou terras devolutas (Delgado, 2005). Além da simples ineficácia na aplicação legal do pressuposto da função social da terra, a desapropriação de terras enquanto ferramenta de condução da reforma agrária é deturpada infraconstitucionalmente, de maneira que se desenvolve um mercado paralelo de valorização financeira de terras desapropriadas e de títulos da dívida agrária (Delgado, 2005). Beneficiam-se os proprietários de terras improdutivas, em lugar de se impulsionar a reestruturação fundiária no país. Mais uma vez fica claro como a dimensão das finanças atua centralmente na estruturação da economia do agronegócio no Brasil contemporâneo e contribui para agravar a situação nacional de profunda desigualdade no campo.

Breves considerações finais

Esperamos ter deixado claro neste trabalho como, contraditoriamente, movimentos que deveriam ser tomados sob uma ótica positiva de preservação ambiental, de busca pela reversão de um modelo econômico baseado na extração e esgotamento de recursos e de promoção de um paradigma de desenvolvimento com um mínimo de “responsabilidade social”, são, na realidade, vetores para o avanço e aprofundamento do neoextrativismo no

Brasil. Considerando-se a forma de atuação dos OIs, das ONGs ambientalistas, e o fundamento e alcance dos vários tratados e acordos internacionais voltados ao compromisso [meramente formal] com o [mal] chamado desenvolvimento sustentável, o que se vê é uma associação entre esses organismos e instrumentos de intervenção política e os interesses privados do grande capital transnacional, com forte adesão das burguesias internas e do próprio Estado brasileiro, conformando o que aqui chamamos de concertação global do capital transnacional.

O resultado de sua atuação é uma evidente desarticulação da economia brasileira, uma vez que aponta para a reversão de um modelo de desenvolvimento que perseguia a formação de uma estrutura produtiva mais diversificada e autônoma frente ao mercado internacional. O que faz a concertação global do capital transnacional é fomentar a especialização primário-exportadora e a formação de uma nova DIT que apenas altera a aparência da mesma velha inserção externa subordinada característica do capitalismo dependente brasileiro. Ao fazê-lo, promove a intensificação da exploração extrativista e a incorporação de novos territórios às cadeias globais de produção e comercialização de *commodities* como parte fundamental da reestruturação produtiva mundial que toma curso na atual etapa do capitalismo financeirizado.

Aqui entra a Amazônia brasileira como território em disputa, convertida em reserva de valor futuro e em objeto de um saque violento e institucionalizado por parte do grande capital transnacional. Mais do que isso, aqui entra a questão agrária como questão ainda em disputa no Brasil. De modo que, em última instância, para muito além de uma crítica à perspectiva do desenvolvimento sustentável e às instituições que a vocalizam e representam, um projeto verdadeiramente autônomo para o Brasil exige a compreensão e confrontação dos determinantes estruturais do desenvolvimento dependente brasileiro como resultado e, portanto, parte integrante do próprio desenvolvimento capitalista.

Referências

- BARRETO, Pedro. Rio-92: mundo desperta para o meio ambiente. *Desafios do Desenvolvimento*. Brasília: Ipea, v. 56, n. 7, p. 82-83, 2009. https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2306:edicao-no-56&catid=1&Itemid=5
- BRASIL. Decreto Legislativo n.º 2, de 4 de fevereiro de 1994. Aprova o texto da Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada na cidade do Rio de Janeiro, no período de 5 a 14 de junho de 1992. Convenção Sobre Diversidade Biológica – CDB. 25 ed. Brasília, 4 fev., 1994. <https://antigo.mma.gov.br/component/k2/item/7513-convencao-sobre-diversidade-biologica-cdb.html>
- BRASIL. Lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012: Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis n.ºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis n.ºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória n.º 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, Distrito Federal, 25 mai., 2012. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm
- CAMELY, Nazira. *Imperialismo, ambientalismo e ONGs na Amazônia*. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- DELGADO, Guilherme Costa. Questão Agrária no Brasil:1950-2003. In: JACCOUD, Luciana (org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. 1. ed. Brasília: Ipea, v. 1, p. 51-90, 2005.
- DELGADO, Guilherme Costa. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. 1 ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2012.
- GILL, Stephen; LAW, David. Global Hegemony and the Structural Power of Capital. *International Studies Quarterly*, v. 33, n. 4, p. 475-499, 1989. <https://doi.org/10.2307/2600523>
- GOWAN, Peter. *A Roleta Global*. Tradução de Regina Bhering. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.
- HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- LEAL, Aluizio Lins. Uma sinopse histórica da Amazônia. In: TRINDADE, José R.; MARQUES, Gilberto (Org.). *Revista de Estudos Paraenses*, Edição Especial. Belém: Idesp, 2010.
- MALHEIRO, Bruno; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; MICHELOTTI, Fernando. *Horizontes Amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Rosa Luxemburgo, 2021. <https://doi.org/10.5752/P.2318-2962.2020v30n60p74-98>
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la Dependencia*. 5 ed. México: Era, 1981.
- MARQUES, Gilberto. *Amazônia: Riqueza, Degradação e Saque*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- MATERIAL FLOWS. *Global trends of material use*, 2024. <https://www.materialflows.net/global-trends-of-material-use/>
- MATERIAL FLOWS. *Material stocks: destination and source of raw materials*. Destination and source of raw materials, 2024. <https://www.materialflows.net/material-stocks/>
- Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. *Convenção sobre Diversidade Biológica*, 2024. <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-ecossistemas/convencao-sobre-diversidade-biologica>
- MOREIRA, Gilvander. Marco temporal: terra para os povos indígenas ou para o agronegócio devastador? *Brasil de Fato*, set., 2021. <https://www.brasildfato.com.br/colunista/frei-gilvander-moreira/2021/09/01/marco-temporal-terra-para-os-povos-indigenas-ou-para-o-agronegocio-devastador/>

- MURER, Beatriz Moraes; FUTADA, Sílvia de Melo. Instituto Socioambiental. *Unidades de Conservação no Brasil*: painel de dados. Painel de Dados. 2024. <https://uc.socioambiental.org/pt-br/paineldedados#ambiente>
- PAULANI, Leda Maria. A Inserção da Economia Brasileira no Cenário Mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. *Ipea - Boletim de Economia e Política Internacional*, [s. l.], v. 10, n. 10, p. 89-103, abr., 2012.
- PINTO, Luís Fernando Guedes *et al.* Quem são os poucos donos das terras agrícolas no Brasil: o mapa da desigualdade. *Sustentabilidade em Debate*, n. 10. Piracicaba: Imaflora, 2020.
- POMPEIA, Caio. *Formação Política do Agronegócio*. 2018. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Unicamp. Campinas, 2018.
- POMPEIA, Caio. Concertação e Poder: o agronegócio como fenômeno político no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 35, n. 104, p. 1-17, 2020. <https://doi.org/10.1590/3510410/2020>
- SAUER, Sérgio; OLIVEIRA, Karla R.A. Extractivismo agrário en el Cerrado brasileño. In: *Extractivismo agrario en América Latina*. São Paulo: Clacso, 2022.
- SUPERTI, Eliane; PORTO, Jadson Luís Rebelo; MARTINS, Carmentilla das Chagas. Políticas Públicas de Integração Física da Amazônia e a Fronteira Internacional do Amapá. *Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos*, Ipea, 2011.
- SVAMPA, Maristella. *Las fronteras del neoextractivismo en América Latina: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias*. Guadalajara: Calas, 2019.
- USAID. *Biodiversity Conservation: A Guide For Usaid Staff And Partners*, 2005. http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PNAE258.pdf/
- UNEP IRP. Global Material Flows Database. 2024. <https://unep-irp.fineprint.global/mfa?perPage=10&orderBy=countryName&orderDir=asc>
- VERÍSSIMO, A. *et al.* *Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira: avanços e desafios*. Belém/São Paulo: Imazon e ISA, 2011.
- WWF. *Programa Arpa: conheça o arpa*. Conheça o Arpa, 2015. https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia/nossas_solucoes_na_amazonia/areas_protegidas_na_amazonia/arpa/